



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

São Francisco de Paula, Sexta-feira, 17 de Julho de 2026 - **Edição 647**

PODER EXECUTIVO

EDITAIS

EXTRATO DO EDITAL N.º 157/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, representado pelo Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor THIAGO CARNIEL TEIXEIRA, através da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, no uso de suas atribuições legais e do Plano Municipal de Cultura, na forma da Lei Municipal nº 3.525, de 07 de fevereiro de 2020, no que se refere à valorização cultural dos artesãos do Município de São Francisco de Paula, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital que divulga a **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** do Processo de Seleção dos artesãos através do Edital nº 147/2026, visando à exposição e venda de seus respectivos artesanatos no 33º Festival Ronco do Bugio e Ronco Estudantil que acontecerá no Centro de Eventos nos dias **13, 14, 15 e 16 de agosto de 2026**.

EDITAL COMPLETO: Disponível a partir desta data, no site <https://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/portal/editais/0/3/5756/>.

Gabinete do Prefeito, Município de São Francisco de Paula.

Thiago Carniel Teixeira

Prefeito



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

São Francisco de Paula, Sexta-feira, 17 de Julho de 2026 - **Edição 647**



Diário Oficial do Município de São Francisco de Paula/RS

CNPJ: 88.756.879/0001-47

Endereço Avenida Benjamin Contant, N° 1441 - Cipó

Telefone: (54) 3244 1214 - (54) 3244 3214

E-mail: protocolo@saofranciscodepaula.rs.gov.br

Horário de Atendimento: Segunda-feira a Sexta-feira das 08h30min às 11h30 e à tarde das 13h30min às 17h

Publicação de acordo com os dispositivos da Lei Municipal n° 3.835/2023, de 25 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal n° 14.063/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei n° 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.